

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 915.922 DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA - INDÚSTRIA DE
VEÍCULOS AUTOMOTORES
ADV.(A/S) : RICARDO LAERTE GENTIL JUNIOR E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : ALBERTO CIRINO DO NASCIMENTO
ADV.(A/S) : FLORIVAL DOS SANTOS

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO NO QUAL NÃO SE INFIRMAM TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA: INVIABILIDADE. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base na al. *a* do inc. III do art. 102 da Constituição da República.

2. A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu:

“I – AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. INTEGRAÇÃO DOS DSR NO SALÁRIO-HORA. REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS E DO ADICIONAL NOTURNO NOS DESCANSOS SEMANAIS INDEVIDOS, SOB PENA DE BIS IN IDEM. O agravo de instrumento deve ser provido, em vista de provável divergência jurisprudencial. Agravo de instrumento a que se dá provimento.

II- RECURSO DE REVISTA. INTEGRAÇÃO DOS DSR NO SALÁRIO-HORA. REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS E DO ADICIONAL NOTURNO NOS DESCANSOS SEMANAIS INDEVIDOS, SOB PENA DE BIS IN IDEM. Consta no acórdão do Regional que, por intermédio de acordo coletivo de trabalho, foi

ARE 915922 / DF

estabelecido que no salário-hora, utilizado como base de cálculo das horas extras, já se encontrava embutido o valor do Descanso Semanal Remunerado - DSR. Se os DSRs já foram incorporados ao valor do salário-hora (que é a base de cálculo da hora extra e do adicional noturno), não há dúvida de que, nessas parcelas, já se encontra computado o descanso semanal remunerado, razão pela qual não são devidos os reflexos das horas extras e do adicional noturno sobre os DSRs, sob pena de se configurar bis in idem. Precedentes. Recurso de revista a que se dá provimento. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. O TRT, mediante análise de prova, concluiu que 'as atividades do reclamante encontram-se no rol de atividades exercidas em área de risco, enquadrando-se no item 16.6 na NR 16, já que em seu ambiente de trabalho, no período de apenas duas horas, constatou-se cerca de 288 litros de inflamável', o que não é passível de reforma nesta fase recursal, ao teor da Súmula n. 126 do TST. Quanto ao tempo de exposição, não ficou consignado que o contato era permanente, mas habitual e intermitente, nos termos do item I da Súmula n. 364 desta Corte. Recurso de revista de que não se conhece".

3. Na decisão agravada, adotou-se como fundamento para a inadmissibilidade do recurso extraordinário a incidência das Súmulas ns. 279 e 636 do Supremo Tribunal Federal.

4. A Agravante argumenta que

"a decisão agravada merece reforma, eis que a condenação mantida com base em situação fática não enquadrada na norma técnica pertinente importa em violação direta ao princípio da legalidade, não podendo, portanto, prevalecer.

O acórdão proferido pela E. 6ª Turma do C. TST deve ser reformado, uma vez que, ao manter a decisão que havia condenado a recorrente ao pagamento de adicional de periculosidade em hipótese diversa da prevista em lei, violou frontalmente o artigo 5º, inciso II, da C.F./88.

Isto porque, o acórdão recorrido manteve a concessão do adicional de periculosidade, muito embora a função exercida pelo reclamante não estivesse enquadrada entre aquelas descritas na NR 16

ARE 915922 / DF

da Portaria 3214/78 – MTE.

Com efeito, as atividades desempenhadas pelo recorrido não se encontram descritas na legislação pertinente, o que evidencia a afronta direta ao dispositivo constitucional invocado”.

No recurso extraordinário, alega-se ter o Tribunal de origem contrariado o art. 5º, incs. II e LIV, da Constituição da República.

Apreciada a matéria trazida na espécie, **DECIDO**.

5. No art. 544 do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei n. 12.322/2010, estabeleceu-se que o agravo contra inadmissão de recurso extraordinário processa-se nos autos do recurso, ou seja, sem a necessidade da formação de instrumento.

Sendo este o caso, analisam-se os argumentos expostos no agravo, de cuja decisão se terá, então, se for o caso, exame do recurso extraordinário.

6. Razão jurídica não assiste à Agravante.

No agravo, não foram infirmados todos os fundamentos da decisão agravada, não tendo a Agravante se manifestado quanto à incidência da Súmula n. 279 deste Supremo Tribunal, fundamento autônomo e suficiente para inviabilizar o recurso extraordinário:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. 1. RECURSO INADMISSÍVEL. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO PELO RELATOR. ART. 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INVIABILIDADE DO AGRAVO INTERPOSTO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO” (AI n. 837.124-AgR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 18.9.2012).

ARE 915922 / DF

Nada há a prover quanto às alegações da Agravante, mantendo-se a decisão agravada, por subsistirem os fundamentos não infirmados.

7. Pelo exposto, **nego seguimento a este agravo** (art. 544, § 4º, inc. I, al. *a*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora